

A reforma do sistema educacional paraguaio de 1994.

Resumo

A reforma do sistema educacional paraguaio de 1994 é um tema de especial importância para a compreensão da educação do país, pois se constitui num marco definidor das diretrizes educacionais desta nação. Neste prisma organizamos a presente exposição em três partes. Na primeira, tecemos uma análise do contexto mundial da década de noventa avaliando o posicionamento dos organismos internacionais na sociedade e o seu desdobramento para o setor educacional; na segunda, nos ocupamos da conjuntura da sociedade paraguaia diante da demanda mundial e da necessidade de uma reforma educacional; na terceira, apontamos as especificidades da reforma do sistema educacional paraguaio ocorrida em 1994. A análise parte do pressuposto que a educação não pode ser compreendida como um ente isolado da sociedade, pois possui estreita relação com a história e as formas de organização social. Isto significa que a educação é resultado das relações sociais em sua totalidade, das relações estabelecidas entre Estado, Sociedade e Educação no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas.

Palavras-chave: Paraguai, Educação, Reforma.

Patricia Simone Roesler
patriciaroesler@hotmail.com

Este texto apresenta uma análise dos elementos que condicionaram a reforma do sistema educacional paraguaio ocorrido em 1994. Compartilhamos a reflexão de que a educação ocupa um lugar essencial na sociedade, onde seus fins e objetivos são parte integrante da estratégia política de uma nação e se constituem como orientações gerais do processo de organização social. Isto significa que sociedade e educação fazem parte de uma mesma realidade e se desenvolvem em um sistema de influência recíproca. A via de regra, o desenvolvimento educacional paraguaio, longe de ser espontâneo, não controlado, esteve, e acrescento, está condicionado pelas demandas sociais, por estratégias políticas, econômicas, ideológicas e por recursos humanos e materiais disponíveis na sociedade desta nação (VASQUEZ, 2008).

Neste prisma, organizamos nossas considerações em três partes: Na primeira avaliamos o contexto da década de noventa em âmbito mundial, sobretudo o posicionamento dos organismos internacionais e seu apoio técnico financeiro aos países Latino Americanos. Na segunda analisamos o contexto da sociedade paraguaia na década de noventa e a que medida havia a necessidade de uma reforma do sistema educacional neste momento; na terceira apresentamos os elementos que definem a reforma do sistema educacional paraguaio de 1994, objetivando contribuir com o debate educacional em questão.

O ponto de partida para a análise do tema proposto é reconhecer que “a educação é a forma como a sociedade prepara seus membros para viver nela mesma, então para compreender a educação precisamos compreender a sociedade” (ORSO, 2013, p, 50).

Em primeira instância devemos analisar a referida reforma como um processo ocorrido em conformidade com a agenda educativa dos países latinos americanos, que na década de noventa tiveram um denominador comum: a reforma de seus sistemas educativos, que foram implementadas e devem ser interpretadas como parte de uma reforma maior, isto é, no contexto da Reforma de Estado, da Gestão e das Políticas sociais (DUARTE, 2011).

Considera-se que as condições históricas nas quais se consubstanciaram a reforma do sistema educacional paraguaio em 1994 resultaram de um movimento do capital em

busca de sua reprodução e expansão após o enfrentamento de crises econômicas e financeiras que culminaram em 1990 com o estabelecimento de reformas em todos os setores da sociedade.

Constata-se que as orientações dos organismos internacionais para o desenvolvimento mundial na década de noventa sustentam o discurso colocado na década de oitenta, mas com algumas adaptações, ao priorizar o ajuste estrutural, para o combate à pobreza, marcante na década de 1990 (LEHER, 1998, p.21).

Esta orientação do Banco Mundial centralizada na pobreza como problema fundamental a resolver decorre da assimetria do crescimento econômico mundial, uma vez que "aliviar a pobreza dos países pobres é importante para os países ricos, porque a manutenção da pobreza em níveis suportáveis é uma condição para o desejável futuro de crescimento para todos" (LEHER, 1998, p. 22). Ressalta-se que o termo "todos" utilizado pelo discurso do Banco mundial deve ser interpretado com ressalvas, pois, ao considerar o sistema capitalista e a visão neoliberal¹ de organização da sociedade "todos" significa, sobretudo todos os países ricos (LEHER, 1998).

Desse modo torna-se consenso o discurso de que a gestão do setor público é fundamental para o desenvolvimento mundial. Esta ênfase decorre da mudança de percepção com relação ao papel do Estado. O novo modelo requer um Estado menor, equipado com burocracia profissional e responsável por criar um ambiente favorável para que o setor privado lidere o crescimento e sustente a redução da pobreza (LEHER, 1998).

A gestão neoliberal parte do pressuposto que "a sociedade capitalista teria chegado a um nível satisfatório de desenvolvimento, regido pela saudável competição arbitrada pelo mercado mundial globalizado, no qual a igualdade de oportunidades permitiria a cada um uma recompensa de acordo com suas capacidades laborativas e competitivas" (MELO, 2007, p. 192).

¹ O termo Neoliberalismo é polêmico e não tem sentido homogêneo. Refere-se à visão de mundo burguesa que se constitui numa ideologia que justifica o sistema do capital e assume determinadas características de acordo com desenvolvimento da sociedade capitalista. Sobre o assunto ver: ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: Equívocos e Consequências. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (organizadores). **Liberalismo e educação em debate**. São Paulo: Autores Associados, 2007, p. 163-183.

Estas orientações ascendem na América Latina principalmente nos anos 1980 e 1990 com um discurso defendendo a reestruturação produtiva, a reengenharia, a desregulamentação, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e a defesa de um Estado mínimo, que se desdobra na reforma do Estado. Evidencia-se que, enquanto os países centrais adotam políticas protecionistas, os países periféricos, em função da dependência, são forçados a liberalizar cada vez mais seus mercados (ORSO, 2007).

Esse ponto de vista global articula-se em grande medida na sociedade paraguaia, sobretudo a partir de 1989, tendo como marco legal o fim do regime autoritário que imperou no país por trinta e cinco anos. Desse modo se iniciam os primeiros movimentos da transição democrática, que proclama uma soma de mudanças em relação ao funcionamento do Estado, ao manejo do aparato governamental, nas formas e níveis de participação da sociedade nas questões públicas e no caráter das instituições (RIVAROLA, 2000).

Contexto histórico mundial na década de noventa.

A década de noventa foi marcada por significativas mudanças em seu contexto econômico, político e ideológico. Um traço marcante deste período foi a elevação dos países do Leste Asiático e do Chile à condição de modelo que evidenciaria o acerto das proposições neoliberais defendidas e encaminhados pelos organismos internacionais. Partia-se do pressuposto que a razão do sucesso econômico destes países era a adesão de uma agenda neoliberal de organização da sociedade (LEHER, 1998).

Na interpretação do Banco mundial, o crescimento econômico do Leste Asiático e do Chile resultava de um conjunto de medidas liberalizantes que incluem abertura à competição externa, economia orientada para o mercado, taxa cambial realista, reduzida taxa de inflação e desregulamentação de quase todas as esferas da vida econômica. (LEHER, 1998).²

² A investigação de Alice H. Amsden, New School for Social Research. N. Y e de Ajit Singh. Faculty of Economics. University of Cambridge, U. K. nega a tese do Banco Mundial. Sobre o assunto ver: LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento a Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza.** São Paulo: USP, 1998. (Tese de doutorado), p.143-178, (capítulo3,

Nesta perspectiva iniciam-se movimentos de reforma de Estado, de Gestão e das políticas sociais, as quais nos remetem aos encaminhamentos em curso na América Latina implementados fundamentalmente por organismos internacionais como CEPAL,³ UNESCO⁴, BID⁵, BIRD⁶, FMI⁷. Estas instituições fixaram as orientações gerais das ações reformistas e por consensos e pactos nacionais facilitaram através de apoio técnico-financeiro a implementação das referidas reformas nos Estados Nacionais da região latino americana (DUARTE, 2011).

Verifica-se que as reformas dos Estados Nacionais são reproduções de um determinado momento de crise mundial e a necessidade de determinar ajustes de manutenção da hegemonia através do controle dos países ricos sobre os Estados Nacionais subdesenvolvidos, ou seja, estabelece-se uma agenda globalmente estruturada de reformas envolvendo, sobretudo os países latinos americanos para a construção de uma ordem mundial regulada pelo sistema capitalista. Este processo de construção e difusão de reformas produz como desdobramentos necessários intervenções em cada esfera da vida social, isto é, cada política específica torna-se objeto da ação do Banco Mundial: educação, saúde, previdência, meio ambiente, reforma do Estado etc (LEHER, 1998).

Para analisar e compreender os principais elementos acerca das políticas e orientações assumidas pelos países da América Latina na década de 1990 selecionamos o Consenso de Washington como referencia de análise. Neste aspecto torna-se importante ressaltar que, "para o Banco Mundial, o FMI e os trabalhos do Consenso de Washington, o problema da estabilização (ênfase da década de 1980) está completamente integrado à análise da reforma estrutural (a ênfase da década de 1990)" (LEHER, p. 13, 1998).

sub-capítulo: 3.5: O Banco Mundial nos anos 1990: aprofundando o ajuste estrutural para consolidar a ideologia da globalização).

³ CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

⁴ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁵ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁶ BIRD - Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento.

⁷ FMI - Fundo Monetário Internacional.

O Consenso de Washington é um termo cunhado pelo economista inglês John Williamson para designar proposições em favor da economia de mercado adotado com fervor por países em desenvolvimento. Trata-se de um esforço em concordar um conjunto de critérios comuns no que diz respeito à implementação de políticas econômicas e sociais formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington (ALBORNOZ, 2005).

Verifica-se que a década de 80 é um período caracterizado pela recessão, estagnação econômica, desemprego e fim de ditaduras militares. Assim os EUA em articulação com os organismos internacionais de financiamento são os gestores das propostas de reformas estruturais colocadas para os Estados Nacionais. Propõem-se, sobretudo, ajustes em todos os setores da sociedade. Verifica-se em grande medida que é também a tentativa de estabelecer um governo global (MÉZÁROS, 2009). Isto significa um imperialismo hegemônico mundial sob o domínio de um Estado Nacional sólido que proclama o Estado supremo do sistema do Capital, impondo-se de todos os modos possíveis, incluindo a violência militar extrema sobre todos os Estados Nacionais para garantir a hegemonia (MÉSZÁROS, 2006).

Para concretizar as premissas prescritas pelos organismos internacionais, o Consenso de Washington prevê como prioridades fundamentais: a disciplina fiscal, a prioridade dos gastos públicos, a reforma fiscal, a liberalização de financiamento, a taxa de câmbio, a liberalização do comércio, o investimento externo direto, a privatização, a desregulamentação e o direito de propriedade (WILLIAMSON, 1992).

Estes direcionamentos representam uma síntese das proposições políticas delineadas aos países em desenvolvimento pelo Consenso de Washington. Evidencia-se que estas reações macroeconômicas podem ser compreendidas, sobretudo, como orientações para o pagamento das dívidas externas acumuladas por determinados países e não ao início de uma mudança de modelo político, ou seja, trata-se de remodelar e repensar o papel do Estado para transformá-lo em eficiente e moderno, isto significa modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais através de reformas setoriais agrárias, educativas, tributárias, eleitorais etc, como resposta às necessidades globais de manutenção do capital (NIBUHR & ENNS, 1999).

Evidencia-se prioritariamente que para os países hegemônicos o mundo deve ser globalizado⁸, seguir um receituário a ser aplicado no mundo todo, o que intensificaria economicamente e financeiramente o mercado e conseqüentemente força os Estados a transferir e negociar. Logo gera desenvolvimento e torna-se possível para a hegemonia do capital controlar os conglomerados econômicos, financeiros e produtivos.

A visão educativa gerada pela globalização é levada adiante através da cooperação técnica financiada pelos organismos internacionais, que definitivamente são os que fixam as políticas sociais econômicas e educativas a desenvolver-se nos diferentes países através das reformas. A globalização designou novas acepções para a educação como a formação democrática do cidadão e a formação econômica para o desenvolvimento, ou seja, a educação torna-se um meio estratégico para a difusão e manutenção das propostas mundiais de desenvolvimento econômico, social e político (DUARTE, 2011).

A educação e o conhecimento são uma realidade única marcada pelo mercantilismo, sobretudo considerando a visão neoliberal. O conhecimento é visto como um bem regulado pela oferta e demanda das necessidades sociais, é sinônimo de rentabilidade e transforma-se em instrumento de legitimação do poder. A tarefa da educação em primeira instância busca prover o sistema com as habilidades em termos de informações e capacidades para o trabalho para em segundo plano a transmissão do conhecimento científico (DUARTE, 2011).

Com efeito, sabemos que a efetivação de reformas planejadas em nível global nos diferentes países corresponde a um complexo processo social marcado por resistências e contradições, onde as recomendações internacionais nem sempre são atendidas como um todo, ou seja, "planos de ação e textos oficiais (leis, diretrizes, dispositivos jurídicos normativos) são apenas parte da construção de uma política, mas não são capazes de assegurar que será implementada tal como foi pensada, posto que uma política é

⁸ Globalização em grande medida pode ser explicada pela proposta de livre circulação dos capitais, a despolitização dos mercados, a gestão autônoma da moeda e o livre comércio entre os povos. Estes são indicativos profundos e utópicos do Liberalismo. Sobre o assunto ver: FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (organizadores). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 6.ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 87-147.

expressão de embate de interpretações diversas e interesses de classes distintos" (SHIROMA, 2011, p.16).

Nesta perspectiva, analisar as especificidades locais para compreender a que medida estabelecem-se os posicionamentos da esfera global em cada país é fundamental, ou seja, partimos da premissa que o global e o local se articulam através de pactos e consensos nacionais, de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade, as suas condições materiais e interesses políticos e ideológicas da sociedade.

O Contexto histórico do Paraguai na década de noventa.

O contexto histórico do Paraguai na década de noventa deve ser compreendido sob a perspectiva global de desenvolvimento da sociedade, ou seja, em decorrência das Reformas dos Estados Nacionais em consonância com os países da América Latina. Estas reformas compreendem a atualização e ajustamento dos posicionamentos internacionais e suas demandas sociais em resposta a uma crise econômica, isto é, trata-se de remodelar e repensar o papel do Estado para transformá-lo em eficiente e moderno, isto significa, modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais através de reformas setoriais agrárias, educativas, tributárias, eleitorais etc. Neste aspecto ressalta-se que o Paraguai foi um dos últimos países a inserir-se nestes encaminhamentos, devido ao grau de desenvolvimento do país e as demandas existentes na sociedade paraguaia (NIBUHR, & ENNS, 1999).

O Paraguai caracteriza-se, sobretudo pelo reduzido desenvolvimento de suas instituições, alta informalidade, débil presença da economia de mercado, Estado ineficiente e desigualdade social. Logo "as reformas institucionais projetadas não são sustentáveis neste contexto, as políticas econômicas somente dão resultado a curto prazo e não se vislumbra no cenário político um esforço para construir uma estratégia de médio prazo capaz de reverter a situação econômica e social" (BORDA, 2007, p.166).

Evidencia-se que a nação paraguaia construiu a sua história dentro de um contexto peculiar, distinto dos outros países latino americanos, sobretudo no que diz respeito às

reformas empreendidas neste país. Estes fatores devem ser o parâmetro de referência para a análise desta nação. Neste prisma verifica-se que:

A instabilidade macroeconômica nunca chegou a níveis de hiperinflação, o déficit fiscal não subiu mais de 5% do PIB e os endividamentos não foram superiores a 45% do PIB nos piores momentos e nem houve atraso no pagamento da dívida que significasse corte das transferências externas. Ao contrário de outros países a economia paraguaia era aberta: a importação e reexportação de bens foi uma das estratégias para penetrar nas economias de Brasil e Argentina, cuja consequência adversa se refletia em uma economia doméstica e subterrânea ou informal de grande peso, o que debilitava o exercício de controle estatal e a grave corrupção. Da mesma forma, a intervenção do Estado focalizava mais a gestão das empresas do Estado, de serviços públicos (eletricidade, água e telefonia) de produção de bens (cimento, álcool e cana) e de serviço (portos, aeroportos, frota marítima, linhas aéreas, instituições financeiras de primeiro plano) do que em controles de preços de mercado regulados (BORDA, 2007, p.168-169).

Outra particularidade deste país é o fato de que o governo do Paraguai sem fazer reforma agrária realiza distribuições de terras do Estado a pequenos produtores em meados dos anos 60 e 70. Verifica-se também que o Estado era o grande provedor de empregos devido, em grande medida, a ausência de empresas de grande porte, o que de certa maneira reforçam as lealdades políticas (BORDA, 2007).

Ainda, constata-se que o Paraguai é um dos países da região que menos possui infraestrutura e qualificação de recursos humanos, sendo a nação com a menor arrecadação de carga tributária, o que em um sistema de organização mundial do capital limita as possibilidades de crescimento de uma economia globalizada (BORDA, 2007).

Constata-se que os posicionamentos externos tem conseguido influenciar as políticas e as reformas, mas a forma de organização, administração, condições materiais do país e a informalidade do Estado de certa maneira inviabilizam as reformas ou fazem com que as políticas econômicas percam a sustentabilidade, uma vez que as demandas do país diferem da maioria das nações latinas americanas que estão propensos às reformas. Em outras palavras presume-se que os procedimentos reformistas tem se desenvolvido de forma "parcial, descontínua e reversível" (BORDA, 2007, p. 92).

Ao apontar as peculiaridades da nação paraguaia, faz-se necessário remeter-se ao antecedente histórico do movimento de reforma empreendido no Paraguai, ou seja, o governo do General Alfredo Stroessner, o qual governou o país de 1954 a 1989, período denominado ditadura militar, que foi baseado em uma constituição liberal, que garantia o poder nas mãos de uma única pessoa ou organização político militar, onde as forças armadas respaldavam o chefe de Estado, desmobilizavam a sociedade civil, que se torna um dos eixos principais do sistema de dominação autoritário (NIBUHR, & ENNS, 1999).

As forças armadas, o governo e o partido Colorado formavam as bases principais de manutenção da hegemonia stronista, a qual estava organizada em sistemas de privilégios direcionados, poder e autoritarismo absoluto (NIBUHR, & ENNS, 1999). Esta forma de administrar o Estado "impediu o desenvolvimento da burocracia profissional, dos partidos políticos de oposição e a formação de uma cidadania ativa" (BORDA, Op. Cit, p. 167).

Constata-se que a recessão econômica da década de 80 foi a condição necessária à população para enfrentar a repressão do regime militar e lutar por melhores condições de vida. Desse modo a mobilização social começa a crescer gradualmente, o que se explicita através de protestos de camponeses por falta de terra e solicitações por parte de pequenos grupos de industriais para correções da política econômica do governo, ou seja, ocorre o fortalecimento da sociedade civil que trava uma luta contra o regime autoritário de Alfredo Stroessner. (NIBUHR, & ENNS, 1999).

Além disso, aclama-se no país a diminuição dos impostos na exportação, a aplicação de um mercado com câmbios livres, uma política de importação mais seletiva e a eliminação do contrabando. Estas exigências decorriam da recusa à acumulação do poder, a manipulação, a centralização, deterioração política, econômica e social que reduziu a sociedade paraguaia a submissão e desarticulação social por trinta e cinco anos (Idem).

Verifica-se também a insatisfação das principais cidades do país e um movimento das forças aliadas à Stroessner para dar fim ao governo autoritário, ou seja, as forças armadas, membros do governo, homens da confiança de Alfredo Stroessner e o próprio

partido colorado dividido por interesses particulares foram os protagonistas do golpe de 1989, o que incitou a renúncia deste chefe de Estado do poder. (Idem).

A via de regra, com o fim da ditadura militar a sociedade paraguaia perpassa um momento de efervescência popular em busca de novos direcionamentos para a nação. Iniciam-se os encaminhamentos para a transição democrática, ou seja, a necessidade de desprender-se da estrutura centralizada, personalista e desinstitucionalizada característica deste período. Este processo ocorre em consonância com o movimento global de reforma do Estado, isto significa que a partir de 1989 o Paraguai perpassa um processo lento de democratização, institucionalização e descentralização, no sentido de formular, por em prática e desenvolver projetos nacionais, orientados de modo a concretizar e desenvolver a emancipação política e a soberania nacional (Idem).

Com efeito, constatamos que o contexto histórico, político e social que conformam as bases fundamentais para a construção e desenvolvimento da reforma do sistema educacional paraguaio de 1994 são marcados em primeira instância por demandas globais de reestruturação do capital que de certa maneira impõe aos países a adoção de determinadas medidas e um movimento interno do país marcado pelo final da ditadura militar e a transição democrática. A educação paraguaia nesse momento caracteriza-se entre a de menor desenvolvimento do continente e com um agravante principal: carente de uma mínima base de cultura crítica para iniciar uma transformação (RIVAROLA, 2000). Verifica-se ainda o analfabetismo, a pobreza, a mentalidade pessimista e um sentimento de impotência da sociedade que não se manifestava para reclamar por seus direitos, pois não os conhecia (DUARTE, 2011).

Assim, iniciam-se novas maneiras de convivência, partindo da proteção aos direitos dos indivíduos em um ambiente crítico, pluralista e participativo. Dessa forma a educação deveria ser distinta dos governos totalitários. Portanto a reforma educacional objetivava mudanças profundas, introdução de novas teorias de acordo com a realidade social instalada, ou seja, preparar os indivíduos para que possam conviver com uma forma social chamada democracia (DUARTE, 2011).

A Reforma do sistema educacional Paraguaio de 1994.

Percebemos diante dos elementos apontados anteriormente sobre o contexto da década de 1990, que a educação adquire grande relevância e se constitui em um dos eixos principais de esperança para a democracia, fato refletido na Constituição de 1992. A Constituição Nacional estabelece o direito de toda à pessoa a educação integral e permanente e explicitamente elimina todos os conteúdos educativos que podem ter caráter discriminatório. Além disso, propõe a erradicação do analfabetismo e a capacitação para o trabalho como objetivos permanentes do sistema educativo. Também estabelece a obrigatoriedade e gratuidade da educação escolar básica (EEB) e assinala que o Estado promoverá o ensino médio, técnico, agropecuário, industrial e superior (PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN 2024, pag. 33).

Em 1998, se sancionou e promulgou a Lei Nº1264 geral da Educação, onde se formaliza as mudanças do processo de reforma educativa dentro do sistema educacional nacional. Esta estabelece os princípios gerais para a educação pública e privada do Paraguai e outorga à educação um lugar prioritário para a consolidação da democracia, a diminuição das desigualdades e a abertura de novas oportunidades para todas e todos os habitantes do país. Esta regulamenta os princípios, os fins, a gestão, organização, estrutura do sistema educativo nacional, a educação geral, a educação especial, o sistema escolar e suas modalidades (LEI 1264/98).

Salientamos que a reforma educacional de 1994 é um ponto de referência para compreender o sistema educativo do Paraguai, pois ela é um marco definidor das diretrizes e bases da educação paraguaia desde então.

A proposta reformista tem base na elaboração de uma série de documentos, informes, investigações, contribuições pessoais e institucionais, realização de congressos regionais e Nacionais entre outros. Cabe mencionar alguns materiais elaborados, os quais contribuem para a compreensão da Reforma de 1994.

Em primeira instância, podemos elencar a Conferência de Jomtien realizada na Tailândia de 5 a 9 de março de 1990. Este evento foi organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e resultou no documento intitulado:

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Neste momento o Paraguai assume como marco definidor das orientações educacionais os compromissos estabelecidos nesta conferência, como país que segue modelos pré-estabelecidos na América Latina.

Por conseguinte, verificamos que os diagnósticos, a problemática educacional e as alternativas de solução podem ser identificados através do informe intitulado: "*Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de su política y estrategia para su reforma*", o qual foi elaborado em outubro de 1992. Este contém um diagnóstico e as orientações das políticas educativas paraguaias para a reforma do sistema educacional implementado em 1994. Este informe foi preparado por duas organizações: Harvard Institute for International Development (HIID) e Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) com o apoio da Agência Internacional para o desenvolvimento (AID) (REIMERS, 1993).

Este informe elenca dez questões e problemáticas a serem avaliadas para a reforma do sistema educativo paraguaio: 1) os desafios que representa o MERCOSUL para a educação, 2) educação primária, 3) educação secundária, 4) avaliação, 5) formação docente, 6) educação superior, 7) educação de adultos, 8) educação bilíngue, 9) reforma administrativa, 10) descentralização (REIMERS, 1993).

As bases conceituais e programáticas para compreensão da reforma educativa de 1994 podem ser definidas nos seguintes documentos: Reforma educativa compromisso de todos (CARE, 1992); o desafio educativo: uma proposta para o diálogo sobre as oportunidades educativas no Paraguai (CARE, 1996) e Paraguai 2020: Enfrentemos juntos o desafio educativo (CARE, 1996).

No documento *Reforma Educativa Compromisso de todos* (CARE, 1992) a reforma define-se como um processo permanente, participativo e aberto. Este documento compromete todas as esferas da gestão oficial, as instituições e grupos sociais desde a família, o Município e o Estado. Se expressa neste documento, sobretudo um sistema educativo que envolve e compromete todos ao processo de mudança proposto. Com efeito, os principais apontamentos do documento direcionam-se para: "a) a transformação da estrutura administrativa do MEC, b) fortalecimento do sistema de

seleção e promoção de pessoal, c) a descentralização como condizente a democratização e a maior eficiência da gestão educativa" (JICA, 2004, p.34).

Entre os anos de 1995 e 1996, o Conselho Assessor da Reforma Educativa e o Conselho de diretores do Ministério da Educação, com o apoio de especialistas da Universidade de Harvard, formaram um grupo de diálogo estratégico que prepararam uma proposta para uma discussão ampla. Este grupo de diálogo tem como resultado o documento intitulado: *El desafío educativo: Una propuesta para el diálogo sobre las oportunidades educativas en el Paraguay* (FRUTOS, 1996).

No documento *El desafío educativo: Una propuesta para el diálogo sobre las oportunidades educativas en el Paraguay* (CARE, 1996), realiza-se uma análise que permite compreender os motivos e a justificativa de uma reforma do sistema educacional paraguaio. Desse modo organiza um conjunto de ações para a realização do processo reformista, o qual aponta o fortalecimento da convivência democrática, o aumento da competitividade e da força de trabalho paraguaia com o objetivo de reduzir a pobreza. Para alcançar tais objetivos propõem-se as seguintes iniciativas:

- a) Promover a participação da sociedade paraguaia na construção de alternativas e estratégias de ação para o Plano de Reforma Educativa.
- b) Reforçar a integração social, reduzir a pobreza e promover a educação geral efetiva.
- c) Incrementar a produtividade do recurso humano em Geral.
- d) Diminuir os desajustes do mercado causados pelo MERCOSUL.
- e) Favorecer a criatividade, a inovação e a iniciativa de auto gestão" (JICA, 2004, p.)

O documento *Paraguay 2020: enfrentemos juntos este desafío* (CARE, 1996), pode ser definido como um instrumento de gestão. Este está baseado nos trabalhos do Grupo de diálogo estratégico com a contribuição de diferentes grupos sociais e com o apoio técnico de Harvard Institute Of International Development (HIID). No presente documento expressa-se as grandes prioridades da reforma e as correspondentes ações. Este documento deve ser entendido como um complemento aos demais documentos orientadores da reforma educativa datados anteriormente (PARAGUAY 2020, 1996).

Destaca-se que os principais compromissos assumidos para o setor educacional paraguaio através da proposta de reforma são: a educação básica para todos, promover equidade e qualidade, ampliação dos espaços escolares, diminuir a taxa de reprovação e evasão escolar, incremento do gasto público em educação, atenção para a realidade linguística do país (espanhol e Guaraní), reformulação do sistema de formação docente, análise do currículo escolar priorizando além de direcionamentos internos unificar critérios e ações conjuntas com os países integrantes do MERCOSUL, ou seja, a reforma educativa paraguaia da década de noventa abarca uma reestruturação do sistema educacional em âmbito organizacional, jurídico e pedagógico (FUENTE, 1998).

Salientamos que a reforma educativa paraguaia não teve uma identidade própria do país no que diz respeito aos fundamentos e enfoques. Percebe-se, sobretudo a ênfase para transição democrática e a necessidade de atualização das escolas dentro do contexto social e a suas demandas mundiais, ou seja, a reforma educativa está fundamentada em teorias e experiências Latinas, Europeias e Norte-Americanas. Além disso, tem como referencial o modelo construtivista de Jean Piaget e Lev Vigotzky entre outros adaptados a situação do país (CIIE & MEC, 2011).

Considerações Finais.

A sociedade se organiza e se define por múltiplos determinantes sociais, políticos e econômicos. Neles, a educação é vista, em grande medida, como responsável por atender às necessidades do capital.

Assim, como resultado da reforma educativa paraguaia de 1994 se produz uma reestruturação do sistema educacional por meio de consensos objetivando produzir mudanças tanto na educação, como na política e na economia, procurando responder aos problemas do analfabetismo, da baixa cobertura do sistema educacional, da alta taxa de reprovação e evasão escolar, do esvaziamento do conteúdo, da necessidade de um programa de formação docente, de escassa relevância e pertinência curricular, do número reduzido de escolas e do baixo investimento no setor educacional (FUENTE, 1998).

Deste modo, entender a organização e execução das reformas educacionais paraguayas nos remete apreender as mediações entre o global e o local, compreender como as recomendações dos projetos internacionais chegam às escolas e modificam discursos, práticas e relações em seu interior, influenciando a gestão e organização do trabalho docente.

Desse modo, ao analisar essa reforma educativa da década de noventa, constata-se que ela ocorre num período de efervescência social, política e econômica vivida no país e no mundo, ou seja, ocorreu em meio à reestruturação do capital dos anos 1980 e 1990, marcada pelo contexto de políticas neoliberais, de globalização da economia, de expansão do capital financeiro e de revoluções tecnológicas e informacionais, que incidiram, sobretudo, na América Latina.

Nesse sentido entendemos que a educação acompanha o processo histórico, as necessidades sociais, econômicas e políticas de seu tempo, como instrumento para formar pessoas e ou instituições que as circunstâncias exigem, respondendo, em grande medida, as demandas da sociedade em consonância com os distintos processos de desenvolvimento social e suas contradições.

Bibliografía.

ALBORNOZ, Carlos Concha. **Gestión de las reformas educacionales en América Latina en los 90. Primeras aproximaciones a un proceso complejo.** España: Vol. (3), n. 2, 2005, p. 131-153. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55103209>. Acesso em 25-03-2013.

BORDA, Dionisio. Situação econômica e perspectivas do Paraguai. DEP. 2007; 5: 93-106.

BORDA, Dionisio. **Paraguai uma marcha lenta: situação e perspectiva econômica.** DEP. 2007; 7: 167-181.

DUARTE, G. J. F. **La reforma educativa en el Paraguay, en la encrucijada entre la teoría, la práctica educativa y los resultados.** Asunción: Don Bosco, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980, p. 9-74, (Capítulo 1: A economia liberal do Bem estar social; Capítulo 2: As necessidades sociais: perspectivas de análise; Capítulo 3: Ideologia liberal e políticas sociais no capitalismo avançado; Capítulo 4: as funções da política social no capitalismo).

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (organizadores). **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. 6^o ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 87-147.

FUENTE, Marta. La Reforma educativa, Integración y MERCOSUR: S/ed, Paraguay, 1998.

JICA, **Estudio y análisis del sector educativo en Paraguay, Informe final.** Instituto Desarrollo, 2004.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento a Ideologia da Globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza. São Paulo: USP, 1998. (Tese de doutorado), p.143-178, (capítulo3, sub-capítulo: 3.5: O Banco Mundial nos anos 1990: aprofundando o ajuste estrutural para consolidar a ideologia da globalização).

MEC. **Ley General de Educación,** Asunción, 1998.

MÉSZÁROS, Istvan. O século XXI: Socialismo ou barbárie. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. 1. Ed, São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003, (Cap. 2: A fase potencialmente fatal do imperialismo, p.33-779).

MEZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização. In: **Coletivo Socialismo e Liberdade**. PSOL. 2006, p.1-11.

MÉSZÁROS, Istvan. A crise em desdobramento e a relevância de Marx. In: A crise estrutural do Capital. (tradução Francisco Raul Cornejo et) São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho), p. 17-30.

MELO, Adriana Sales Almeida. O projeto neoliberal de sociedade e de educação: um aprofundamento do liberalismo. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (organizadores). **Liberalismo e educação em debate**. São Paulo: Autores Associados, 2007, p. 185-204.

CIIE & MEC. **Consultoría para la recopilación documental en educación**. Asunción: S/ed, 2011.

NIBUHR, Atilio Nieto & ENNS, Melita Wall. **La reforma del Estado Paraguaio: Descentralización Política Y Administrativa** [Dissertação de mestrado]. Assunción: Universidade Nacional de Asunción; 1996.

ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: Equívocos e Consequências. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (organizadores). **Liberalismo e educação em debate**. São Paulo: Autores Associados, 2007, p. 163-183.

ORSO, Paulino. A educação na sociedade de Classes: possibilidades e limites. In Orso, Paulino José, Gonçalves Rodrigues Sebastião & MATTOS, Maria Valci.(organizadores). **Educação e lutas de classes**. 2º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.49-63.

Plan Nacional de Educación 2024. Hacia el centenario de la escuela nueva de Ramón Indalecio Cardoso. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.py>. Acesso em: 25-06-2013.

RIVAROLA, Domingo. **La Reforma Educativa en el Paraguay**, Santiago, CEPAL-ECLAC, Serie Políticas Sociales, núm. 40, 2000, pp. 1-29.

SHIROMA, Eneida Oto Shiroma. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mario Luiz Neves; LARA, Angela Mara de Barros (orgs). Prefacio Afrânio Mendes Catani. **Políticas para a educação: análises e apontamentos**. Maringá, PR: EDUEM, 2011, p. 15-38.

VAZQUEZ, Romero Natividad. **La Educación en el Paraguay, Desarrollo 1811-1931**. Asunción: Don Bosco, 2008.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, Vol. 12, n. (45), janeiro-março/1992, p.43-49.